

# 015

## COMUNICAÇÃO SOCIAL, OPINIÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



# COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA: O PAPEL DA MÍDIA TRADICIONAL NO GOLPE DE 2016

Raíssa Sales de Macedo (UFRJ)

João Victor Moura Lima (UFRN)

## RESUMO

Utilizando capas de revistas semanais de grande circulação no Brasil (Istoé e Época), com fotografias da Presidenta eleita, Dilma Rousseff, do período de 2015 a 2016, o presente artigo tem por objetivo analisar o discurso misógino da grande mídia brasileira a respeito da figura de Dilma, bem como do golpe de 2016 à luz da literatura de Agamben (2002) e Aumont (1993). Reflete-se, ainda, acerca da legitimidade na definição de agendas públicas pautadas pelas narrativas da mídia tradicional brasileira. Para tanto, foram observados fotografias e discursos de publicações dos veículos da mídia tradicional (Veja, IstoÉ e Época), em paralelo a reflexões sobre estado de exceção, opinião pública e democracia. A análise resultou na compreensão de que a narrativa construída pela mídia funcionou como uma moldura que incrimina, julga e enquadra a figura da ex-presidenta, dando a ela o status de culpada, de forma a incitar a insatisfação e consequentes manifestações contra o governo por setores específicos da população.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo justifica-se em razão da constatação da crise política e representativa brasileira, cujo grande agravante de tensões foi o processo de impeachment ocorrido em 2016. A temática central dessa pesquisa é o tratamento misógino conferido pela mídia tradicional à Presidenta legítima, Dilma Rousseff. Este fenômeno se deu durante os últimos anos – mais intensamente, em 2015 e 2016 –, nos quais foram construídas narrativas problemáticas do ponto de vista do gênero.

É importante ressaltar que o trabalho em questão parte do princípio que o impedimento da presidenta Dilma foi um golpe de Estado. Podemos considerá-lo um golpe pseudolegal, pois embora previsto na Constituição brasileira, as pedaladas fiscais, das quais Dilma foi acusada, não configuram crime de responsabilidade. Este recurso é prática corriqueira para cobrir déficits das contas públicas, e foi utilizado nos governos que antecederam o da Presidenta, sem jamais ter sido contestado. O relator do impeachment no Senado, Antonio Anastasia (PSDB), fez uso dessa manobra, por exemplo, quando era governador de Minas Gerais.

Outro fator que confirma o golpe parlamentar ocorrido no Brasil é que desde o dia posterior à vitória de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves, a oposição de direita se mobilizou a construir uma crise institucional, não aceitando os resultados das urnas, e solicitando “auditoria especial” da votação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, o país não vive um regime parlamentarista, no qual o Congresso poderia levar o chefe de governo a convocar novas eleições. No presidencialismo, fatores como impopularidade e crise econômica não dão respaldo ao afastamento presidencial.

Em 2016, o vazamento de áudios envolvendo políticos aliados ao PSDB e a Michel Temer, expôs a intenção de paralisar a Operação Lava-Jato, o que, segundo eles, só poderia ocorrer com a retirada de Dilma da presidência. Os áudios confirmam ainda, o envolvimento de setores diversos na articulação do golpe, entre os quais o Judiciário, a mídia, os grandes empresários e o Congresso Nacional.

Definido o conceito de golpe que nos norteará durante o artigo, trazemos o filósofo italiano, Giorgio Agamben, para pensar a produção dos confrontos entre alteridades gerando a eliminação do outro. Aqui, surge o conceito de *homo sacer* - resgatado do direito romano - que designa aquele que foi julgado e condenado por um delito e, devido a isso, encontra-se em uma situação peculiar: não pode ser sacrificado, contudo, se alguém o matar, não será condenado por homicídio.

Agamben resgata a estrutura jurídico-político dos campos de concentração, nos quais os indivíduos encarcerados eram despojados de seus direitos fundamentais e prerrogativas, tornando possível que qualquer atrocidade fosse praticada contra eles. A proposta é, portanto, relacionar o conceito de biopolítica trabalhado pelo autor com os traumas sociais causados pela ditadura militar e com a conjuntura de estado de exceção presente no Brasil atual.

Serão observadas, nessa análise, fotografias de publicações dos veículos da mídia tradicional, em paralelo a reflexões sobre questões de gênero, estado de exceção e democracia. Verificaremos a produção de narrativas realizada pelos grandes meios de comunicação brasileiros, que possuem importante função na formação da opinião pública, tendo emprestado sua voz à ditadura de 1964 e neste segundo momento, ao governo ilegítimo de Michel Temer.

Emerge, então, a problemática da representação do outro em tempos midiáticos, trabalhada pela filósofa americana Judith Butler. Aplicaremos essa questão no contexto político-social brasileiro, nos propondo a estudar o fenômeno olhando para o caso de Dilma, que, desde sua primeira eleição foi estigmatizada por setores da grande mídia, em especial no que se refere à sua vida privada. Ou seja, primeiramente seu gênero, orientação sexual, relações pessoais, e traços da personalidade, distorcidos ou não.

Na argumentação de Butler, a representação da alteridade constitui-se em um meio de humanizar e desumanizar os sujeitos, de reconhecimento do vínculo ético-moral com o Outro ou justificativa para sua eliminação. Partindo da hipótese de que os veículos da imprensa hegemônica do país construíram uma narrativa ao longo dos últimos anos, visando desumanizar a imagem da ex-presidenta, será explorado que tipo de papel a mulher é “permitida” adentrar no campo da política, nos valendo para isso da relação com a atual primeira-dama, Marcela Temer.

Ainda antes de Michel Temer se tornar presidente interino do Brasil, já haviam reportagens sobre sua esposa. A revista *Veja* publicou na edição de 18 de abril de 2016 uma matéria com a manchete de “Bela, recatada e do ‘lar’” na qual Marcela Temer é descrita da seguinte maneira: “43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”.

Surge novamente no país a imagem da primeira-dama, desenhada com o perfil da “mulher perfeita” – que jamais seria presidenta – e demarcada como corpo frágil, submisso, maternal. Corpo que deve ser guardado, corpo que deve ser possuído pelo agente, o marido. A mulher aqui não é apenas retratada como um indivíduo em segundo plano, ela própria é colocada como um meio, como alguém que deve se manter no lar, no privado, enquanto o homem ocupa o público, que seria seu lugar natural.

Neste caso, de um lado temos a primeira-dama, do outro a Presidenta. A primeira está confinada a um papel de coadjuvante, mas, em contrapartida, tem o atributo “feminino” como positivo, já em relação à segunda parece se exigir socialmente que pareça e aja como homem para ocupar um espaço político de relevância, e, ao mesmo tempo, suas falhas são imediatamente remetidas ao fato de ser mulher. Por exemplo, descrevem-na como histérica, carente, solitária.

Outro ponto a ser levantado é a figura da Dilma militante, tendo em vista os traumas sociais do período da ditadura militar que se refletem na atualidade. Ainda há no cenário político uma grande presença de indivíduos que tiveram participação na resistência ou na defesa do regime autoritário que se instalou no Brasil na década de 1960; muitos dos quais podem ser encarados agora como responsáveis pelo rompimento democrático ocasionado pela retirada da ex-presidenta Dilma do poder.

Propõe-se um breve mapeamento do vínculo dos principais opositores da ex-presidenta com a ditadura militar, destrinchando a inevitável atualização de suas identidades ao longo do tempo até chegar ao momento presente, mais de quatro décadas depois da prisão de Dilma Rousseff, que devido a processos históricos, políticos e sociais também teve a necessidade de se renovar em relação aos seus tempos de guerrilha.

A imagem de Dilma – e das demais militantes políticas – é considerada desviante, isto é, também enquanto guerrilheira sua condição de mulher não era a “ideal”, lida socialmente como desejável. Para o aparelho repressor, a militante mulher estava duplamente errada, ao se posicionar contra a política golpista e ao ignorar o papel reservado às mulheres da época, invadindo um campo que não lhe pertencia.

Assim, essa mulher foge dos padrões que a prenderiam no mundo privado e doméstico. Para os agentes da ditadura, a mulher envolvida com atividades políticas e partidárias era prostituta em busca de parceiros - devido ao fato de a militância ser um espaço predominantemente masculino - ou homossexual. Além disso, a sexualidade feminina era negada até pelas próprias mulheres para que se conseguisse alcançar uma posição de mais igualdade diante dos demais.

Ainda discutindo o período ditatorial brasileiro, é sabido que os jovens que se engajaram em oposição ao regime militar tiveram seus projetos de vida estagnados. Por isso mesmo sofreram forte impacto no desenvolvimento de suas identidades e autoimagens, indo de agentes da transformação a vítimas da repressão militar.

Há uma produção de esquecimento no Brasil, no sentido de que o Estado, as elites e os meios de comunicação eram – durante o regime militar - e continuam sendo espaços de criação de memória social, se valendo de sua influência para limitar a compreensão da população sobre os golpes e consequentes estados de exceção vivenciados no país em 1964 e 2016.

Numa nação composta por uma maioria de mulheres, não termos a mínima paridade no congresso e no meio político em geral, é algo preocupante, que pode ser entendido como reflexo de uma cultura patriarcal. Em 2015, por exemplo, foram eleitas apenas 51 deputadas (9,9% do total) e 12 senadoras (13% do total). O Brasil fica, portanto, abaixo da média mundial e do Oriente Médio, de respectivamente, 22,1% e 16% de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. Além disso, o país ocupa a 116ª posição de 190 nações em presença feminina no parlamento.

É impossível uma compreensão maior do momento histórico que vivemos enquanto nação, sem destrinchar que valores a mídia têm como bandeira e repassa aos seus espectadores, qual papel a mulher possui no imaginário coletivo e de que forma a figura de Dilma Rousseff, para além do cargo presidencial, incomoda os setores mais reacionários da população, liderados pelas poucas famílias que comandam a imprensa e abriram caminho para o estabelecimento do golpe parlamentar no Brasil, com bases estruturadas no anti-petismo e na criminalização não só da ideologia de esquerda, mas da política como um todo.

Sob esta ótica, com vistas a legitimar esta averiguação, contemplando materiais e técnicas que corroborem com a análise e conclusões mais assertivas acerca do objeto de estudo, realizou-se por meio da observância a fotografias de publicações dos veículos da mídia tradicional, em paralelo a reflexões sobre questões de gênero, estado de exceção e democracia. Para tanto, foi verificada a produção de narrativas realizada pelos grandes meios de comunicação brasileiros, que possuem importante função na formação da opinião pública (Veja, IstoÉ e Época), tendo emprestado sua voz à ditadura de 1964 e neste segundo momento, ao governo ilegítimo de Michel Temer. Apoiado em obras dos intelectuais Judith Butler, Jacques Aumont, Giorgio Agamben, Dagnino, Bobbio, Held, Pateman e Arretche.

Neste trabalho, analisaremos que discurso foi apropriado e reverberado pela mídia tradicional brasileira, de que maneira as imagens veiculadas da ex-presidenta Dilma impactaram e, será verificado a seguir, moldaram a opinião pública.

## A GRANDE MÍDIA E OS ENQUADRAMENTOS DO GOLPE DE 2016

No período entre os anos de 2014 e 2016, especialmente após a reeleição da ex-presidenta Dilma Rousseff, veículos da grande imprensa brasileira (Veja, IstoÉ e Época, figuram entre eles) assumiram o papel de dar corpo à narrativa do que se entende – concordando com a visão defendida por intelectuais e juristas brasileiros e do exterior sobre a inconstitucionalidade do processo de Impeachment - como o golpe de Estado de 2016.

De antemão, ressalta-se que o presente artigo parte do princípio de que o impedimento da ex-presidenta Dilma foi um golpe de Estado possibilitado pelo clima insurrecional gerado pela “imprensa manipulada e manipuladora”, que Souza (2016, p. 1707) denomina como “partido das elites”. Podemos considerá-lo um golpe pseudolegal, pois embora previstas na Constituição brasileira à época do processo, as pedaladas fiscais, das quais Dilma foi acusada, deixaram de configurar crime de responsabilidade dois dias após sua condenação<sup>1</sup>.

Reforça-se, ainda, que as pedaladas são práticas corriqueiras para cobrir déficits das contas públicas, sendo utilizadas em governos que antecederam o de Dilma Rousseff, sem jamais ter havido contestação. A manobra foi utilizada, inclusive, pelo relator do impeachment no Senado, Antonio Anastasia (PSDB), quando este governava o estado de Minas Gerais<sup>2</sup>, além de pelo menos 16 governadores<sup>3</sup> que exerciam mandato no mesmo período que a ex-presidenta.

Não obstante, infere-se que uma série de fatores, dentre os quais a mobilização por parte da oposição de direita iniciada no dia posterior à vitória eleitoral de Dilma, visando a construção de uma crise institucional, em contrariedade ao resultado das eleições, compreendem tentativa de um grupo democraticamente derrotado de impor suas agendas públicas, contrariando a concepção de democracia participativa de Held (1987).

Aliado a isso, o vazamento de áudios, em 2016, envolvendo políticos aliados ao PSDB e a Michel Temer, expôs a intenção de paralisar a Operação Lava-Jato, o que, segundo eles, só poderia ocorrer com a retirada de Dilma da presidência. Os áudios confirmam, ainda, o envolvimento de setores diversos na articulação do golpe, entre os quais o Poder Judiciário, a grande mídia, empresários e o Congresso Nacional.

Sobre a mídia, é recorrente que seja tratada como um “quarto poder”, afinal, ela centraliza o papel de difundir as representações imagéticas na sociedade contemporânea. Essas imagens são reproduzidas em escala industrial, com isso, as referências de mundo que temos hoje são uma fusão entre nossas realidades concretas e aquilo que vemos pelas telas de TV, celular e computadores, além das páginas de revistas e jornais. Tudo isso nos orienta a julgar o que nos rodeia com base em um acervo de informações cuja pertinência é desconhecida, e só podemos mensurá-la recorrendo aos próprios meios de comunicação.

Segundo Flávia Biroli (2011), a perspectiva que temos dos fatos depende de como estamos habituados a olhar para os acontecimentos à volta e também do contexto social em que nos posicionamos. A nossa visão está se acostumando progressivamente ao meio midiático, fazendo com que compreendamos nossa posição no mundo por influência direta dele. Em algumas esferas da vida, como a da política, é comum, por exemplo, que nos relacionemos mediados exclusivamente pelos aparatos técnicos de comunicação. Nesse caso, o entendimento que a população costuma ter da área é basicamente aquilo que se torna visível por meio do jornalismo político.

Na obra *A imagem*, de Jacques Aumont (1993), o autor começa constatando que o órgão da visão não é um instrumento neutro. Na verdade, esse órgão não se limita a transmitir dados fielmente, pois há um sujeito que precisa ser considerado, se utilizando do olho. De acordo com Aumont, a visão seria, então, uma ponte de encontro entre o cérebro e o mundo.

O sujeito que olha a imagem é o que chamamos de espectador, e sua relação com ela vai além da capacidade perceptiva, adentrando no saber, nos afetos, crenças e aspectos relacionados tanto ao contexto histórico quanto à cultura. As imagens sempre foram produzidas tendo em vista uma utilização, individual ou coletiva, mas o que examinaremos aqui, prioritariamente, é, a associação da produção de imagens com o domínio do simbólico, que pode abarcar uma série de entendimentos acerca da imagem, ou seja, ocorre uma mediação imagética entre espectador e realidade.

Em relação à questão das funcionalidades da imagem, citaremos agora os modos dela se relacionar com o mundo. O primeiro seria o modo simbólico, ligado às imagens que servem de símbolo, especialmente religioso. Já os modos epistêmico e estético, que possuem associação direta com nosso objeto de estudo, são, respectivamente, aquele que adiciona novas informações visuais ou não sobre a realidade – ou seja, esta é uma função de conhecimento, associável aos retratos –, e, por último, o modo pelo qual a imagem fornece sensações específicas ao espectador.

<sup>1</sup> iG São Paulo. Senadores votaram a favor da flexibilização de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional, principal argumento para impeachment. *Brasil Econômico*, São Paulo, 2 set. 2016. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>. Acesso em: 18 jul. 2019.

<sup>2</sup> REDAÇÃO, RBA. Em três anos, Anastasia cometeu quase mil pedaladas no governo de Minas. *Rede Brasil Atual*, 28 abr. 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/em-tres-anos-anastasia-cometeu-quase-mil-pedaladas-no-governo-de-minas-5882/>. Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>3</sup> CAMAROTTO, Murillo; MARCHESINI, Lucas. Se impeachment for por pedaladas, 16 governadores terão que se afastar. *Valor Econômico*, Brasília, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/4493408/se-impeachment-por-pedaladas-16-governadores-terao-que-se-afastar>. Acesso em: 10 maio 2019.

À luz da visão de Aumont (1993) e da concepção de Butler (2015) acerca do papel da fotografia, compreende-se que na capa da revista *IstoÉ* de 06 de abril de 2016 (ANEXO 1), com a manchete “As explosões nervosas da presidente”<sup>4</sup>, há a documentação de um recorte da realidade por meio da expressão transtornada de Dilma e do contexto em que estava inserida. A capa surge num contexto pré- golpe, em que o golpe já estava em vias de se concretizar. Toda a reportagem feita nessa edição, repleta de fotografias da presidenta, visa passar a ideia de instabilidade da figura presidencial, uma mulher “fora de controle”.

É importante, ainda, lembrar que a edição foi extremamente criticada não apenas por seu machismo inerente, mas por se reapropriar de uma primeira imagem, que carregava consigo um sentido completamente distinto do que foi “sugerido” pela revista; na foto original, Dilma comemorava um gol durante um jogo da seleção brasileira de futebol masculino, logo, é a não-identificação com o Outro que se tenta provocar.

No ANEXO 2, a capa da revista *Época*, intitulada “A solidão de Dilma”<sup>5</sup>, em que Dilma Rousseff aparece sozinha, em pé no canto esquerdo do quadro, de mãos cruzadas atrás das costas, ilustra um suposto isolamento da Presidenta, fornecendo a sensação de esvaziamento de sua capacidade política e também de seu governo. Nas edições 902 e 905 da revista *Época*, publicadas respectivamente em 21 de setembro e 12 de outubro de 2015 (ANEXOS 3 e 4), temos as seguintes chamadas nas capas: “A presidente sem poder” e “Dilma sob ataque”. Na primeira imagem, a então presidenta está sozinha, com fundo preto, sentada de pernas cruzadas e olhando com o rosto franzido para o que aparenta ser um relógio em seu braço. Na segunda imagem, apenas seu rosto é enquadrado e, de perfil ela olha para baixo, novamente com expressões que indicam preocupação.

No contexto das fotos, Dilma estava prestes a passar pelo processo de Impeachment, sem perspectiva de governabilidade futura, sofrendo uma oposição massiva dos meios de comunicação, partidos políticos e setores do judiciário, que suscitaram, inclusive, grandes manifestações da direita brasileira contra seu governo e contra o Partido dos Trabalhadores (PT), de que faz parte. Sabendo disso, fica evidente o propósito da cobertura jornalística no período retratado: reforçar o isolamento e uma suposta incapacidade de governar. A impressão é de que o quadro aponta para o esvaziamento de sua capacidade política e também emocional. O leitor, ao se deparar com as imagens, é conduzido a crer que não há outra explicação, senão o esgotamento de um mandato que, os veículos de comunicação tradicionais tinham pressa por interromper.

Com o conceito de reprodução técnica (e não mais manual) de Walter Benjamin, a autonomia do fotógrafo aumenta, oferecendo toda uma gama de novas possibilidades a serem exploradas. Na fotografia, por exemplo, podemos priorizar determinados aspectos de uma imagem, escolher ângulos e fazer registros que não seriam viáveis naturalmente. Além disso, a tecnicidade dessa forma de reprodução imagética abre espaço para que o original seja inserido em situações que geralmente não poderia.

Ao adaptar as ideias de Benjamin para as condições atuais, Judith Butler afirma: “As próprias condições técnicas de reprodução e reprodutibilidade produzem um deslocamento crítico, se não uma completa deterioração do contexto, em relação aos enquadramentos usados em tempos de guerra pelas fontes de mídia dominantes.” (BUTLER, 2015, p. 24). Assim, por mais que se tente considerar uma cobertura global da mídia, as imagens produzidas pelos veículos midiáticos tomariam distância desse contexto inicial, devido à circulação massiva que possuem atualmente; criando, necessariamente, novos contextos de reprodução. Ou seja, haveria um rompimento com a condição primeira da imagem reproduzida, que pode fazê-la escapar ao contexto do acontecimento original.

Quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. Mas a moldura tende a funcionar, mesmo de uma forma minimalista, como um embelezamento editorial da imagem, se não como um autocomentário sobre a história da própria moldura. (BUTLER, 2015, p. 23).

A expressão do inglês *to be framed* (ser enquadrado), possui ao menos dois sentidos, contudo, a ideia de incriminação ou falsa acusação é aquela com a qual estamos trabalhando. Nesse caso, a moldura parece direcionar nosso olhar para uma acusação, afinal, o modo de sistematizar e expor uma ação remete a interpretações específicas sobre esta mesma ação. No tipo de enquadramento acusatório (que pode ser identificado no ANEXO 1), por exemplo, é o estatuto de “culpado” que se quer que o espectador associe à pessoa retratada. Sob esta ótica, compreende-se que:

(...) um dos sentidos de “ser enquadrado” significa ser objeto de uma armação, de uma tática mediante a qual a prova é manipulada de maneira a fazer uma acusação falsa parecer verdadeira. Algum poder manipula os termos de aparecimento e torna-se impossível escapar do enquadramento/armação; alguém é incriminado, o que significa que é acusado, mas também julgado por antecipação, sem provas válidas e sem nenhum meio óbvio de retificação. (BUTLER, 2015, p. 27).

<sup>4</sup> Revista *IstoÉ*, edição nº 2417, 06 de abril de 2016. Disponível em: [http://istoe.com.br/edicao/894\\_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/](http://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/) Acesso em: 22 de Outubro de 2016.

<sup>5</sup> Revista *Época*, edição nº 931, 16 de abril de 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/solidao-de-dilma-rousseff.html> Acesso em: 26 de novembro de 2016.

A afirmação acima se constata não apenas pelo que é possível observar de imagético na narrativa midiática. Desde que foi anunciada a vitória de Dilma Rousseff em 2014 - para exercer o segundo mandato - seus opositores, encabeçados pelo candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB<sup>6</sup>), se organizaram para pedir a recontagem dos votos. Em seguida, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB)<sup>7</sup>, não apenas acolheu um processo de impeachment após ser contrariado pelo Partido dos Trabalhadores na comissão que julgaria sua cassação, como escolheu justamente um dos poucos pedidos que não continha o nome de Michel Temer, seu aliado político e colega de partido, vice presidente na chapa de Dilma.

A narrativa de legalidade do processo do golpe, que se construiu apoiada pelas matérias e imagens que foram feitas da ex-presidenta, funciona, então, como uma moldura que, de fato, incrimina, julga e enquadra sua figura, dando a ela o status de culpada, ainda que não se aponte o porquê, para além do isolamento sugerido pela imprensa e presente em todas as capas de revista citadas neste trabalho. Seu estatuto de mulher (apontada como solitária, carente, histérica, agressiva, passiva) foi, conforme Macedo (2016), aquilo pelo qual Dilma não pôde ser perdoada no campo da política institucional.

Com base nas constatações acima e no entendimento do filósofo italiano Giorgio Agamben (2004) sobre o regime de exceção ter como características a indistinção entre os poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) e limbo entre o que é considerado Estado de direito e mera legalidade formal, isto é, uma manutenção da aparência democrática, podemos concluir que, não apenas vivemos, desde o golpe de 2016, em um Estado de exceção, como ele contou com a participação ativa dos veículos hegemônicos da mídia para seu estabelecimento.

## DEMOCRACIA NO BRASIL: DA DITADURA DE 1964 AO GOLPE DE 2016

Nesse sentido, infere-se também que o modelo democrático brasileiro, apesar de jovem, tem em sua trajetória alguns momentos turbulentos. No que diz respeito às reivindicações sociais por espaços institucionalizados de participação social (AVRITZER, 2008) e ampliação de direitos sociais, civis e políticos (MARSHALL, 1967), o estopim se deu antes de haver, de fato, um regime democrático estabelecido.

No que se refere à teoria democrática, Bobbio (1984) afirma que para haver uma definição mínima de democracia é necessário que sejam cumpridos três pressupostos, ou condições. O primeiro consiste na compreensão da democracia enquanto conjunto de normas e regras que têm a função de delimitar aqueles indivíduos que terão o direito de tomar decisões que interfiram coletivamente. O segundo é o direito ao voto. Bobbio (1984) destaca a importância de definir a quem será atribuído tal direito, considerando que a escolha dos indivíduos supramencionados partirá da aprovação da maioria daqueles que podem votar. O terceiro pressuposto compreende que os direitos e garantias individuais sejam assegurados. Tais direitos consistem em: liberdade de expressão, opinião, de livre associação e de reunião.

A partir dessa concepção de democracia, pode-se afirmar que o Brasil se estabelece, de fato, como país democrático a partir da Constituição Federal de 1988, promulgada após diversas manifestações originadas, em grande medida, pela insatisfação e reivindicações de grupos intermediários populares com a forma como o governo ditatorial militar conduziu o país por mais de duas décadas e a exigência “[...] de vários grupos que queriam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria.” (PATEMAN, 1992, pág.9).

De acordo com Held (1987), há cerca de um século a democracia passou a ser adotada massivamente enquanto modelo político a nível mundial. Tal processo tem feito com que diversos governos, à esquerda e à direita passem a justificar algumas atitudes contraditórias, reforçando sua legitimidade a partir da premissa de um modelo político democrático.

Ao revisitar os diferentes modelos democráticos que se desenvolveram ao longo dos anos, Held destaca o modelo elitista competitivo de Schumpeter e Weber, que evidencia os pontos negativos do excesso de participação ao modelo pluralista de Dahl, que acredita na “interconexão entre a competição eleitoral e as atividades de grupos de interesse organizados” (HELD, 1987, p. 168) e na concepção de poder não como algo hierárquico, mas como estrutura competitiva resultante de um processo de barganha de grupos de interesse. Nesse sentido, o autor aponta a democracia participativa enquanto alternativa à democracia legal, indagando também as democracias liberais por questionar a igualdade e liberdade dos indivíduos dentro deste modelo.

<sup>6</sup> Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 1988.

<sup>7</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro, fundado em 1980.

Segundo Held (1987) os teóricos da democracia participativa defendem que esta é capaz de conciliar os instrumentos de participação e a competição partidária. Afirma-se, ainda, que num sistema democrático participativo, a participação da sociedade está diretamente ligada à percepção desta enquanto parte determinante, capaz de deliberar e influenciar nas decisões. Quando isso não acontece, há uma inibição da participação e dificilmente será criada uma cultura participativa por parte dos cidadãos. Dessa forma, Held acredita que as dificuldades para implementação e manutenção deste modelo democrático são os maiores obstáculos a serem vencidos, destacando-se, também, a vontade dos cidadãos comuns em participar como um fator determinante.

A partir dessa concepção, acredita-se não haver apenas um modelo ideal de democracia, devendo-se ser extraídas as “melhores” características de cada modelo, com vistas a resultar numa democracia onde os cidadãos e os técnicos possam estar inseridos no processo decisório.

Nesse sentido, no que tange à Democracia no Brasil, destaca-se que, dentre os países latino-americanos que passaram por períodos ditatoriais, o Brasil foi o único, durante os anos 1970, a perdoar integralmente membros de suas forças armadas sem solicitar o reconhecimento dos crimes praticados ou um pedido de perdão. Na verdade, foram os próprios militares que, antes de sair do poder, articularam para que a anistia fosse “ampla, geral e irrestrita”, com exceção para quem cometeu “crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. Ou seja, presos políticos e grupos de oposição ao regime autoritário instaurado foram colocados no mesmo patamar que seus torturadores.

O Brasil foi também o último país da América do Sul a instalar uma Comissão da Verdade, que tem como objetivo, no nosso caso, trazer à tona e apurar violações de direitos humanos ocorridas de 1946 a 1988. As Comissões devem diagnosticar as causas e efeitos dos abusos praticados pelo Estado, para que haja o reconhecimento formal de sua responsabilidade.

Os aspectos das Comissões variam entre os países, tais como o nome, orçamento, número de membros e suporte governamental. Consequentemente, seus resultados podem ser mais ou menos eficazes dependendo do lugar. No Brasil, por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade tinha o poder de convocar pessoas para depor, contudo, sem caráter punitivo. Em todo o mundo, mais de 30 países já adotaram a iniciativa; no caso brasileiro, a Comissão Nacional da Verdade foi instaurada em 2012 e seu relatório final foi entregue em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff.

A impunidade garantida no final do século passado a quem foi conivente ou atuante no regime militar, produziu efeitos sociais perceptíveis atualmente, como apontado pela psicanalista Maria Rita Kehl no artigo “Tortura e sintoma social” (KEHL, 2010). Diz a autora que é por meio de ações e discursos automatizados que os sintomas se manifestam, e, assim como acontece com traumas individuais, eles tendem a se intensificar com o tempo, conforme Kehl argumenta: Soube, pelo professor Paulo Arantes, que a polícia brasileira é a única da América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar. A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz. (KEHL, 2010, p. 124)

Ainda segundo a escritora, ao se referir às vítimas da tortura, “O doente é o lugar (social) onde a doença encontrou uma brecha para se manifestar” (KEHL, 2010, p. 125). De acordo com ela, toda realidade produz um “acervo” de experiências que são colocadas para fora da prática falante e da memória, ou seja, cria-se um “universo paralelo”, que fornece um ponto de vista diferenciado da realidade. Assim, os corpos torturados e os sujeitos cujos parentes e amigos foram mortos ou desaparecidos, vivenciam uma sensação de irrealidade por esse silenciamento - até pelo fato de os crimes cometidos contra eles nunca terem sido reconhecidos nem reparados -, por mais que circulem normalmente entre os demais.

Ao contrário do que pode aparentar devido à passividade com que o assunto é tratado na sociedade, os militantes anti-ditadura não deixaram de expressar publicamente seu luto e suas dores, não se omitiram diante das atrocidades cometidas pelo regime militar. Durante as décadas posteriores ao fim do regime, em 1985, inclusive, foram produzidos filmes, livros e outras obras com visibilidade considerável, que faziam referência, de maneira crítica, ao período em questão.

Foram, na verdade, os defensores da ditadura que, ao silenciar-se diante das denúncias, estabeleceram a apatia sentida no país a partir dos anos 1980 em relação aos corpos marcados pelo sofrimento e à ausência dos que não foram encontrados. Há uma recusa por parte dos remanescentes do regime - isto é, aqueles políticos que nunca renegaram as vantagens da anistia e as raízes de seu poder no regime autoritário - em discutir o tema publicamente e, conseqüentemente, elaborar memórias sociais para as demais gerações. Além disso, a maioria da população se mantém silenciosa e condescendente no que diz respeito às atrocidades cometidas no país.



É justamente a convivência de setores da sociedade, entre os quais ainda há a insistência de que a tortura foi e é um mal necessário, que produz efeitos truculentos e alimenta tensões sociais. É de conhecimento público que práticas atrozes de violência foram sistematicamente realizadas durante os anos 1960 e 1970 no Brasil, logo, o que ficou recalcado em nosso inconsciente coletivo, nos termos de Kehl, foi o argumento de que essas ações não são de todo intoleráveis, mas entendidas como compreensíveis em determinados contextos.

Devido a esse raciocínio distorcido inculcado em nossa memória social, ainda há quem defenda que não houve tortura ou mesmo estado de exceção no país. A Câmara dos Deputados, - que, na teoria, tem como função representar os interesses do povo brasileiro - no processo de Impeachment da Presidenta Dilma mostrou ser um reflexo do discurso violento e conservador que ainda opera em nossa sociedade. O atual Congresso brasileiro, eleito em 2014, foi considerado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o mais conservador desde à redemocratização do país. Esse conservadorismo nega responsabilidade pela tortura ocorrida sob o regime militar, conforme relata Safatle.

Vale ressaltar que a Rede Globo se tornou, durante o período, o principal grupo de comunicação no Brasil, cobrindo praticamente todo território nacional e agindo em apoio à ditadura. A Globo se estabeleceu como uma espécie de porta-voz dos governos e, ao mesmo tempo, seu domínio era tão vasto que impediu outros grupos, como a Abril, de disputarem a hegemonia na mídia, apesar de estas corporações continuarem garantindo seu espaço, que, por sua vez, bloqueou a aparição de uma imprensa alternativa.

Além disso, Arantes (2010) nos lembra que a inauguração da Nova República se deu por vias de um “golpe de veludo”. Tancredo Neves, tido como moderado, negociou com os militares a homologação de sua eleição pelo Colégio Eleitoral, sustentada também pela campanha das “Diretas Já!”, como mal menor do que Paulo Maluf. Quando Tancredo morreu, Ulysses Guimarães – que estava na linha sucessória – foi impedido de assumir. Por fim, o primeiro presidente civil desde o golpe militar acabou sendo José Sarney, presidente do partido da ditadura e articulador contra as eleições diretas.

Safatle questiona o que na Constituição de 1988 resta da ditadura militar. Ele aponta que a Carta outorgada em 1967 e sua respectiva emenda, de 1969, continuam em vigor em relação às cláusulas que citam as Forças Armadas e a polícia militar. Acrescentase a isso que desde 1988 a militarização da segurança pública foi consolidada: no artigo 142, se determina que a ordem e a lei devem ser garantidas pelas Forças Armadas e, em 2001 o então presidente Fernando Henrique Cardoso, sanciona o decreto que confere poder de polícia à instituição.

Outro aspecto de “exceção” se nota no deslocamento entre o que era medida provisória e o que se tornou um recurso para os Estados. Junto às medidas citadas anteriormente, o estado de exceção é fundado também na indistinção entre os poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), logo, democracia e soberania absoluta se entrelaçam progressivamente. Cria-se um limbo entre o que é considerado como Estado de direito e mera legalidade formal, isto é, uma manutenção da aparência democrática. Estamos imersos, portanto, num arranjo social-punitivo - que se volta contra às populações periféricas e invisibilizadas, privilegiando o status social de grupos abastados - no qual se pune tanto ou mais quanto no regime precedente. É disso que trata o trecho a seguir:

Olhando, todavia, a um só tempo para a base e o vértice da pirâmide, seria mais apropriado registrar a cristalização de um Estado oligárquico de direito. Porém, assim especificado: um regime jurídico-político caracterizado pela ampla latitude liberal-constitucional em que se movem as classes confortáveis, por um lado, enquanto sua face voltada para a ralé, que o recuo da maré editorial deixou na praia da ordem econômica que ela destravou de vez, se distingue pela intensificação de um tratamento paternalista-punitivo. (ARANTES, 2010, p. 215 – 216).

O modelo econômico também teve aspectos mantidos após a ditadura, além de se observar a implantação do neoliberalismo ao longo das décadas. As exportações continuaram a ser prioritárias, bem como o consumo das altas esferas da sociedade, sem políticas eficazes de redistribuição de renda. Houve ainda, uma deterioração dos serviços públicos prestados no país, como educação e saúde, que até então abrigavam os setores populares e a classe média. Com a piora, aqueles que tinham mais condições financeiras passaram a incluir gastos com serviços privados no orçamento familiar, situação que foi naturalizada ao longo do tempo.

Assim, compreende-se que o que se vivenciou no ano de 2016 no Brasil foi a concretização de um golpe parlamentar, que, a partir da suspensão do Estado de direito, decorrente de um impeachment de bases legais falaciosas e baseado em interesses particulares de grupos da elite, pôde dar suporte ao estado de exceção que se estabelece no país. Como já vimos, o regime militar produziu muitos ecos em nossa sociedade e, neste momento histórico, é importante identificar quais características aproximam os dois casos.

No texto “O jogo dos sete erros”, de José Carlos Moreira Da Silva Filho (2016), o autor faz a comparação entre o posicionamento de cada instituição durante o golpe de 1964 e o atual. A análise que será feita nesse subcapítulo, portanto, usará o artigo como referência. Primeiramente, temos que o Supremo Tribunal Federal (STF) assumiu um papel “normalizador” em ambos os períodos.

Em 1964, o presidente do STF declarou que a tomada de poder pelos militares e consequente derrubada do presidente eleito, João Goulart, estava de acordo com a Constituição, uma inverdade, já que o argumento usado na época foi o abandono da presidência, quando Jango permanecia em solo nacional. Já em 2016, ministros do STF voltaram a afirmar que o afastamento da Presidenta era legítimo por estar previsto na Constituição, entretanto, Dilma não praticou crime de responsabilidade, invalidando essa tese.

Não é por coincidência que, Moutinho da Costa, presidente do STF em 1964, e o ex-ministro Carlos Ayres Britto, já em 2016, relativizaram a necessidade de um regime democrático no Brasil, devido ao momento de crise, que demarca os dois períodos. O primeiro afirmou que em situações de crise era preciso relativizar garantias e princípios democráticos. Enquanto o segundo declarou em conferência realizada por estudantes da Universidade de Harvard, que o país “vive uma pausa democrática”.

O Congresso Nacional, por sua vez, também foi atuante nas duas situações. No golpe militar, o senador que presidia sessão do Congresso em 02 de abril de 1964, declarou vaga a presidência da República. No dia 11 do mesmo mês, ocorreu uma votação indireta para eleger o Marechal Castello Branco, que contou com 361 votos favoráveis e apenas 5 contras. No segundo caso, a participação do Congresso foi ainda mais relevante.

Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB – RJ), acolheu pedido de impedimento da presidenta Dilma numa manobra vingativa e não motivado por um hipotético crime de responsabilidade cometido por ela. A vingança se deu pouco depois de parlamentares do PT, partido de Dilma, declararem que votariam a favor da cassação do deputado na Comissão de Ética.

No dia 17 de abril de 2016, quando o processo de impeachment foi aprovado pela primeira vez na Câmara dos deputados, com 367 votos a favor; o Brasil assistiu, em rede nacional, a um “show de horrores”, como apontado até mesmo entre apoiadores do golpe. Nas declarações de voto dos deputados, raramente se citou o crime que, supostamente, a Presidenta teria cometido. A maioria dos parlamentares justificou seu voto em nome da família, de Deus, e se referindo a alegações de atos de corrupção praticados por Dilma, que nem ao menos apareciam no pedido de impedimento. Depois dessa votação emblemática, aconteceram outras duas, a última sendo no Senado, que decidiu pelo afastamento definitivo da Presidenta legítima.

Muitos políticos atuais já ocupavam posições importantes durante a ditadura militar. Esse fato faz com que a votação pelo impeachment de Dilma Rousseff tenha sido repleta de rostos conhecidos por ela em outro momento de sua vida e militância política. Por outro lado, houve, uma reconfiguração ideológica de alguns atores políticos ao longo do tempo, como exemplificaremos. Assim, alguns de seus aliados de outrora parecem ter tomado um rumo mais conservador pós-golpe de 1964, o que talvez possa ser entendido pela reconciliação forçada que se impôs no Brasil.

Um dos expoentes civis da ditadura militar foi Paulo Maluf (PP – SP), integrante do partido da situação, o Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Maluf jamais chegou a trocar de partido, mas a sigla mudou algumas vezes de nome e hoje é conhecida como Partido Progressista. Tendo sido escolhido governador de São Paulo no período ditatorial, o político votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Suas colocações a respeito do impedimento da Presidenta demonstram o caráter exclusivamente político dessa votação. Segundo o deputado, famoso pelas declarações polêmicas, “Dilma é uma mulher honesta, correta, uma Virgem Maria que foi contratada para ser cozinheira em um ambiente menos honesto” (MALUF, 2016)<sup>8</sup>.

Por outro lado, Cristovam Buarque (PPS – DF) e José Aníbal (PSDB – SP) são ex-militantes de oposição à ditadura militar, tendo sido, este último, companheiro de Dilma nos estudos e na luta contra o regime. Ainda em 2010, o ódio político ao partido da Presidenta se fazia evidente em seu discurso.

O senador chegou a afirmar que sua antiga amiga era uma mulher inteligente, porém, estaria contaminada pelo PT. No caso de Cristovam Buarque, ex-petista e antigo ministro da Educação do governo Lula, além da desavença proveniente de sua saída do Partido dos Trabalhadores, o senador apontou que suas razões para ser favorável ao impedimento eram o “fracasso” do governo, o “risco do futuro” e, por último, a “base legal”, única justificativa que poderia ser levada em conta de acordo com a Constituição, mas que o próprio Cristovam reconheceu enquanto dúbia, por admitir diferentes interpretações jurídicas.

Em relação à mídia, durante o ano de 1964, Roberto Marinho conspirava com outros membros da elite, entre os quais estavam políticos, empresários e militares (além de seu próprio jornal, O Globo) visando o golpe de Estado. Além dele, outros veículos da grande mídia, como Folha de S. Paulo e o Estadão, incentivaram o golpe e o cancelamento das eleições de 1965.

<sup>8</sup> GALHARDO, R; CARDOSO, D. Após declarar voto a favor do impeachment, Paulo Maluf compara Dilma à virgem Maria. *Estadão*, caderno Política, 17 de abril de 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maluf-compara-dilma-a-virgem-maria-e-elogia-lula,1000026576> Acesso em: 23 de novembro de 2016.

A Rede Globo saiu com estruturas fortalecidas do período da ditadura. Em 2016 seu papel foi ainda mais decisivo em prol da deposição da presidenta Dilma, especialmente por meio do Jornal Nacional, principal programa jornalístico da emissora. Folha de S. Paulo, Estadão e Veja também tiveram participação ativa, com a divulgação de sucessivas manchetes e editoriais em apoio ao golpe parlamentar. Duas capas, uma da revista IstoÉ<sup>9</sup> (ANEXO 5), intitulada “Dilma quer que você pague a conta” e outra da Istoé Dinheiro<sup>10</sup> (ANEXO 6), com a manchete “Ele conta com você”, ilustram bem o posicionamento da mídia tradicional, ao tratar a mesma situação, de crise, sob perspectivas completamente distintas durante o governo Dilma e após o golpe que colocou Michel Temer no poder. São duas ilustrações semelhantes, com ambos os presidentes apontando para o leitor. A presidenta franze a testa como se exigisse nossa cooperação, já Temer aparece sorridente e mais convidativo.

No que diz respeito à atuação dos movimentos de classe média – chaves para o golpe –, eles sempre foram estimulados por setores da elite contra os governos com os quais se ressentiram, diante da perda de alguns privilégios e de seu status sociocultural mais elevado. Em 1964, o incentivo da Igreja, dos empresários e meios de comunicação, levou a classe média para as ruas pedindo a deposição do presidente e fazendo outras demandas conservadoras como o combate ao comunismo, à corrupção e o apelo por intervenção das Forças Armadas. Esses atos ficaram conhecidos como “Marcha com Deus, pela Família e pela Propriedade” e receberam financiamento massivo de empresários brasileiros (destaca-se a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP), norte-americanos e até mesmo do governo dos Estados Unidos.

Em 2015, ano anterior ao golpe parlamentar, os acontecimentos se deram de forma muito parecida, contudo, sem o apoio oficial da Igreja Católica. Foram realizadas mobilizações que buscavam reeditar as marchas de 64, novamente com financiamento da FIESP e de empresários estadunidenses. Além disso, as reivindicações permaneceram quase as mesmas, substituindo o anticomunismo pelo antipetismo, ou mesmo embaralhando os dois. Alguns dos movimentos surgidos durante o período, como o Movimento Brasil Livre (MBL), expoente da juventude de direita no Brasil, são exemplos de grupos financiados por empresas e apoiados por partidos políticos envolvidos na conspiração do golpe, apesar de seus líderes se declararem apartidários, característica presente no discurso de criminalização da política e, em especial da esquerda, proferido por muitos apoiadores do afastamento da presidenta Dilma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jessé Souza (2016), ao citar indiretamente Michel Foucault, afirma que “Na passagem da sociedade pré-moderna à sociedade moderna, a própria ideia do que passa a ser considerado crime se transforma radicalmente” (2016, cap. 1, doc. 241). Ou seja, os negócios ilegais que envolvem grandes corporações costumam não ter o estatuto de crime ou são julgados por tribunais especiais, não necessariamente sendo divulgados para a sociedade. No capitalismo moderno, tem-se que, criminosos são os atos cometidos contra a propriedade e associados a classes sociais mais populares.

Como o pesquisador coloca, menos de 1% da população brasileira está inserida na elite do dinheiro. Sendo assim, essa minoria não teria legitimidade para assumir o controle do Estado apenas por causa de seus interesses econômicos. Logo, para se concretizarem os golpes ocorridos no Brasil, foi preciso criar uma motivação que mobilizasse setores mais amplos da sociedade. Inventou-se, uma cruzada moral, tanto em 1964 quanto em 2016, que uniu os ricos, a mídia e o judiciário na promessa de “limpar” o país.

De acordo com o sociólogo, a elite que habita o mundo contemporâneo, dita o imaginário social que se acredita legítimo. Segundo o autor, ela é composta por diferentes setores, como o da política, do intelecto e das forças de segurança. É, contudo, a elite do dinheiro que, de fato, decide os rumos dos acontecimentos, comprando e subordinando as demais elites. A hegemonia cultural decorrente disso, produz um discurso que abomina o Estado e endeusa o mercado. Logo, os detentores do poder têm a capacidade de, por meio do dinheiro, nos convencer sobre o que é verdadeiro ou falso, e manipular até mesmo o que será entendido como corrupção, orientando a agenda pública.

<sup>9</sup> Istoé, edição nº 2390, 23 de setembro de 2015. Disponível em: [http://istoe.com.br/edicao/866\\_DILMA+QUER+QUE+VOCE+PAGUE+A+CONTA/](http://istoe.com.br/edicao/866_DILMA+QUER+QUE+VOCE+PAGUE+A+CONTA/) Acesso em: 23 de novembro de 2016.

<sup>10</sup> Istoé, edição nº 967, 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/revistas/revistas/20160513/ele-conta-com-voce/342> Acesso em: 23 de novembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ARANTES, P. E. 1964, o ano que não terminou. *In*: Teles, Edson; Safatle, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 205-236.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. 7ª Ed. Trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio César Santoro. Campinas-SP: Papirus, 1993.
- AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, n. 1. 2008
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. *In*: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994
- BIROLI, Flávia. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 71-98, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FILHO, J. C. M. O jogo dos sete erros. *In*: Cittadino, Gisele; Proner, Carol. **A resistência ao golpe de 2016**. 1ª ed. Bauru-SP: Canal 6, 2016.
- HELD, David. **O que democracia deveria significar hoje**. Modelos de democracia. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: Teles, Edson; Safatle, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123-132.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Paz e Terra, 1992.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. *In*: \_ (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado** [versão kindle]. Rio de Janeiro: Leya, 2016.













